

A.I. N.º - 000.916.877-0/01
AUTUADO - ANTONIO CARLOS ARAGÃO MELO
AUTUANTE - JOSE CARLOS ALMEIDA DE ABREU
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 25/10/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0360-03/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO FUNCIONANDO SEM INSCRIÇÃO ESTADUAL. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Infração não caracterizada. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 28/12/01, exige multa de R\$ 400,00, em virtude da constatação de que o autuado estava exercendo atividade mercantil sem a devida inscrição no cadastro de contribuintes estadual.

Foi anexado à fl. 03-verso, Termo de Apuração de Denúncia, de 28/12/01, onde consta que a empresa, de pequena capacidade contributiva, funciona dentro da Associação de Cabos e Soldados, como uma espécie de ajuda para compras de mantimentos.

O autuado apresentou impugnação (fls. 08 a 11), dizendo que não procede a acusação, haja vista que no local funciona a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar, conforme declaração à fl. 12. Afirma o autuado, que durante a diligência do preposto fiscal, sequer encontrava-se nas imediações, e que o local indicado no A.I. estava fechado. Aduz que a autuação está eivada de qualquer elemento probatório, baseando-se apenas em presunção, e que não foi lavrado o necessário Termo de Apreensão das mercadorias que estariam sendo comercializadas. Considera que “a total ausência de provas, bem como a falta de legitimidade da presunção fiscal formulada, caracterizam não apenas o flagrante cerceamento de defesa, bem como o inescusável descumprimento do devido processo legal”. Ao final, citando o Acórdão JJF nº 1090/00, pede a nulidade ou improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fls. 18 e 19), inicialmente esclarece que a ação fiscal decorreu da Denúncia nº 886/01, de 05/12/01, onde foi reclamado o funcionamento de um mercadinho dentro das dependências da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar, cujo proprietário seria o autuado. Afirma que, ao contrário do que foi alegado pelo autuado, a diligência efetuada em 28/12/01, constatou que o estabelecimento se encontrava em funcionamento sem a devida inscrição no cadastro estadual, e conseqüentemente, sem nenhum documento fiscal para ser fornecido aos consumidores por ocasião das vendas. Expõe que a declaração anexada à fl. 12, foi emitida em 23/07/02, ou seja, vários meses após a ação fiscal, quando foi detectado que o estabelecimento, naquela ocasião, estava funcionando. Informa que naquela oportunidade o autuado foi intimado para inscrever-se no cadastro da SEFAZ, e que a ação fiscal teve início com a referida intimação, conforme prevê o art. 26, do RPAF/99. Expõe que é dispensada a lavratura de Termo de Apreensão quando o A.I. for lavrado em decorrência de descumprimento de obrigação tributária acessória, conforme dispõe o art. 29, do RICMS/97. Ao final, dizendo que o presente lançamento obedece plenamente ao devido processo legal, pede a procedência da autuação.

VOTO

Inicialmente afasto a preliminar de nulidade suscitada pelo sujeito passivo, tendo em vista que o Auto de Infração está revestido das formalidades legais, não se observando qualquer erro ou vício que possa decretar a sua nulidade, de acordo com o que dispõe o art. 18, do RPAF/99.

Como bem frisou o autuante, conforme prevê o art. 29, I, “a”, do RPAF/99, é dispensada a lavratura do Termo de Início de Fiscalização e do Termo de Encerramento de Fiscalização ou do Termo de Apreensão, quando o Auto de Infração for lavrado em decorrência de descumprimento de obrigação acessória.

Todavia, no mérito, diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que não ficou comprovado que o contribuinte estivesse exercendo atividade mercantil sem inscrição no cadastro de contribuintes estadual, à época da ação fiscal.

O autuante junta aos autos, como prova da acusação, apenas um Termo de Apuração de Denúncia à fl. 03-verso, datado de 28/12/01, onde descreve que constatou a existência de uma empresa de pequena capacidade contributiva, funcionando dentro da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar, como uma espécie de ajuda para compras de mantimentos, sem a devida inscrição no cadastro estadual. No entanto, não faz nenhuma referência a presença de mercadorias, cuja apreensão, no meu entendimento, comprovaria o efetivo funcionamento do estabelecimento.

Ademais, o Termo de Intimação (fl. 04), onde o autuante solicita a inscrição do autuado no regime SIMBAHIA, bem como o pedido para autorização de impressão de talão de notas fiscais, foi lavrado no mesmo dia da lavratura do A.I. (28/12/01), e não foi assinado pelo autuado.

Considero, ainda, que declaração anexada pelo sujeito passivo, à fl. 12, onde a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar informa que não possui qualquer estabelecimento comercial funcionando em suas dependências, serve como elemento em favor do sujeito passivo, haja vista que a mesma foi emitida somente em 23/07/02, porque o autuado só tomou conhecimento da autuação, através de AR, no mês anterior.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **000.916.877-0/01**, lavrado contra **ANTONIO CARLOS ARAGÃO MELO**.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de outubro de 2002.

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA

ANTONIO CESAR DANTAS OLIVEIRA – JULGADOR